

*Brasília, 02 de junho de 2026*

---

Seleção

---

# Sumário

## Metrópoles Online

Segunda-feira, 01 de junho de 2026 | Direitos Autorais

**Empresa de Xuxa é processada por uso indevido de música infantil ..... 3**

Terça-feira, 02 de junho de 2026 | Pirataria

**Veja quais práticas comerciais brasileiras os EUA consideraram "injustas" ..... 5**

## O Tempo Online

Segunda-feira, 01 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Inventores vencem disputa após empresa perder patente de equipamento industrial ..... 7**

## Folha de S. Paulo

Terça-feira, 02 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

**PAINEL S.A. .... 9**

## Correio Braziliense - Online

Terça-feira, 02 de junho de 2026 | Direitos Autorais

**Câmara vai votar projeto que restringe poder das big techs ..... 11**

Terça-feira, 02 de junho de 2026 | Direitos Autorais

**Análise: as ameaças da IA na visão do editor do NYT ..... 13**

## Folha.com

Segunda-feira, 01 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Clínica pede à Justiça Federal anulação do registro da marca 'Star' da Rede D'Or d... ..... 15**

Terça-feira, 02 de junho de 2026 | Pirataria

**Governo Trump conclui investigação contra o Brasil e propõe novo tarifaço de 25% ..... 16**

## O Globo Online

Terça-feira, 02 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

**Escritório de Comércio dos EUA recomenda retaliação comercial a Brasil ..... 18**

## UOL Notícias

Segunda-feira, 01 de junho de 2026 | Direitos Autorais

**STF deve julgar recursos contra decisão que ampliou responsabilidade de big tech... ..... 19**

## Empresa de Xuxa é processada por uso indevido de música infantil



Autor afirma que canção "A Janelinha" foi usada em projeto infantil sem autorização e sem repasses financeiros pelos **direitos autorais**



Fábia Oliveira

A coluna descobriu que uma empresa ligada à Xuxa Meneghel virou alvo de uma ação de reconhecimento de **direitos autorais**. Outro processo por fatos semelhantes também envolveu a apresentadora Eliana.



Empresa de Xuxa é processada por uso indevido de música infantil - destaque galeria Empresa de Xuxa é processada por uso indevido de música infantil - destaque galeria

Cesar Borges Barbosa processou a Xuxa Promoções e Produções Artísticas e a Sony Music Entertainment Brasil Produções e Promoções. O pecuarista, de 72 anos, é o autor da canção infantil "A Ja-

nelinha". Ele acusa a produtora e a gravadora de comercializarem a música sem seu consentimento e sem efetuar repasses econômicos.



A apresentadora Xuxa Meneghel A apresentadora Xuxa Meneghel

O uso, de acordo com ele, teria ocorrido em uma das faixas do Xuxa Só para Baixinhos 11. O produto foi lançado em 2011, em três formatos diferentes. O pecuarista alega que a canção foi exaustivamente explorada em razão do sucesso do projeto. A faixa estaria disponível no Youtube, em plataformas de música e streaming. Ele diz que a letra da música é fiel à original.



Xuxa Meneghel Xuxa Meneghel

6 imagens Fechar modal. 1 de 6 Xuxa Reprodução/Instagram 2 de 6 A apresentadora Xuxa Meneghel Reprodução/Redes sociais 3 de 6 Xuxa Meneghel Reprodução/Instagram 4 de 6 Xuxa Meneghel 5 de 6 Xuxa Meneghel Reprodução

---

Continuação: Empresa de Xuxa é processada por uso indevido de música infantil

6 de 6 Xuxa Meneghel Reprodução/[Internet](#).



Xuxa Meneghel Xuxa Meneghel

### Eliana

Cesar expõe, ainda, que a autoria da obra já foi reconhecida judicialmente. Tal fato se deu após Eliana gravar a canção em seu álbum "Eliana 1994". A EMP Produções, empresa da artista, e a Sony Music foram condenadas a indenizar Borges

por danos materiais e morais e a divulgar seu nome nos meios de comercialização.

O autor sustenta ter notificado as rés, Xuxa Promoções e Produções Artísticas e a Sony Music Entertainment Brasil Produções e Promoções, diversas vezes para firmar um acordo, mas diz não ter sido respondido. Ele argumenta, ainda, que as empresas classificaram a obra indevidamente como de "domínio público".

### Pedidos à Justiça

Cesar pede que a Xuxa Produções e a Sony Music sejam condenadas a indenizá-lo por danos materiais, em valor proporcional ao lucro auferido com a comercialização da obra. O montante será fixado posteriormente, no caso de eventual vitória.

O autor pede, ainda, uma indenização por danos morais de R\$ 25 mil, bem como a divulgação de seu nome em todos os meios em que a música for explorada ou divulgada.

## Veja quais práticas comerciais brasileiras os EUA consideraram "injustas"



Investigação dos EUA propôs um novo tarifaço de 25% sobre importações brasileiras

O Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) concluiu a investigação sobre práticas comerciais do Brasil e concluiu que algumas delas são "injustas" com os norte-americanos. Por isso, o escritório propôs um novo tarifaço de 25% sobre importações brasileiras. A decisão final sobre aplicar a medida cabe ao presidente Donald Trump.

No documento, divulgado nesta segunda-feira (1º/6), os Estados Unidos listam as práticas que seriam "irrazoáveis ou discriminatórias e oneram ou restringem o comércio dos EUA".

Entre eles estão determinações do Supremo Tribunal Federal (STF) de remoção de conteúdos das redes sociais e aplicação de multas quando as ordens não foram cumpridas; tratamento tarifário diferenciado que o Brasil concede ao México e à Índia; falhas no combate à corrupção; **falsificação** de produtos; tratamento tarifário para o etanol e persistência do desmatamento ilegal.

Nas justificativas, o governo norte-americano também cita o Pix. Segundo a investigação, o sistema de pagamento brasileiro tem prejudicado injustamente empresas americanas que atuam em serviços concorrentes de pagamento eletrônico.

Veja as principais justificativas

Comércio Digital e Serviços de Pagamento Eletrônico: tribunais brasileiros emitiram ordens secretas

determinando que empresas americanas de mídia social removessem determinados conteúdos políti-

cos e suspendessem os perfis de residentes nos EUA, às vezes globalmente, além de proibir que as plataformas divulgassem essas ordens aos proprietários dos perfis. Os tribunais brasileiros também responsabilizaram financeiramente as empresas americanas de mídia social pelo descumprimento dessas ordens, impondo multas significativas; restringindo seu acesso a ativos, contas e sistemas de processamento de pagamentos no Brasil; e, em pelo menos um caso, fechando um site por completo. O Brasil também tem prejudicado injustamente empresas americanas que atuam em serviços concorrentes de pagamento eletrônico, inclusive por meio de políticas que favorecem sua principal concorrente.

tribunais brasileiros emitiram ordens secretas determinando que empresas americanas de mídia social removessem determinados conteúdos políticos e suspendessem os perfis de residentes nos EUA, às vezes globalmente, além de proibir que as plataformas divulgassem essas ordens aos proprietários dos perfis. Os tribunais brasileiros também responsabilizaram financeiramente as empresas americanas de mídia social pelo descumprimento dessas ordens, impondo multas significativas; restringindo seu acesso a ativos, contas e sistemas de processamento de pagamentos no Brasil; e, em pelo menos um caso, fechando um site por completo. O Brasil também tem prejudicado injustamente empresas americanas que atuam em serviços concorrentes de pagamento eletrônico, inclusive por meio de políticas que favorecem sua principal concorrente. Tarifas preferenciais injustas: em virtude de acordos comerciais preferenciais de escopo parcial com o México e a Índia - que abrangem setores nos quais o México e a Índia são produtores avançados e globalmente competitivos - o Brasil concede tratamento tarifário preferencial mais baixo a centenas de produtos mexicanos e indianos em diversos setores.

em virtude de acordos comerciais preferenciais de escopo parcial com o México e a Índia - que abrangem setores nos quais o México e a Índia são produtores avançados e globalmente competitivos - o Brasil concede tratamento tarifário preferencial

mais baixo a centenas de produtos mexicanos e indianos em diversos setores. Combate à corrupção: o Brasil não adota medidas suficientes para combater o suborno e a corrupção.

o Brasil não adota medidas suficientes para combater o suborno e a corrupção. Proteção da **Propriedade Intelectual**: o Brasil não aplica suficientemente suas leis penais e regulamentações aduaneiras para combater a **falsificação** de produtos; não resolve o problema do tempo excessivo que suas autoridades levam para examinar pedidos de **patentes**, particularmente **patentes** biofarmacêuticas; e não implementa medidas **antipirataria** consistentes e contínuas.

Acesso ao mercado de etanol: em 2017, o Brasil interrompeu abruptamente o tratamento tarifário equilibrado que anteriormente aplicava ao etanol e, desde então, não tem oferecido tratamento tarifário recíproco às exportações de etanol dos EUA.

em 2017, o Brasil interrompeu abruptamente o tratamento tarifário equilibrado que anteriormente aplicava ao etanol e, desde então, não tem oferecido tratamento tarifário recíproco às exportações de etanol dos EUA. Desmatamento ilegal: apesar de possuir um marco legal para combater o desmatamento ilegal, o Brasil historicamente falhou em aplicá-lo de forma eficaz, e o desmatamento ilegal persiste.

Entenda a investigação dos EUA

A investigação começou em 15 de julho do ano passado por determinação do presidente Donald Trump. A medida ocorreu logo após os Estados Unidos taxarem os produtos brasileiros em 50%, citando práticas "desleais" brasileiras.

Ao longo do último ano, a discussão sobre as tarifas, com a reversão de boa parte delas, foi assunto de várias conversas entre Trump e o presidente Lula. A última delas foi em maio, na Casa Branca.

6 imagens Fechar modal. 1 de 6 Reunião entre o presidente Lula e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump Ricardo Stuckert/PR 2 de 6 Presidentes se reuniram na Casa Branca Ricardo Stuckert/PR 3 de 6 Lula é recebido por Trump nos EUA Ricardo Stuckert/PR 4 de 6 Reunião privada durou cerca de 1h30 Ricardo Stuckert/PR 5 de 6 Lula e Trump encontro na Casa Branca Reprodução/Ricardo Stuckert/ PR 6 de 6 Trump recebe Lula na Casa Branca Reprodução/X

O representante de Comércio dos Estados Unidos, Jamieson Greer, disse nesta segunda-feira que as conversas com Lula foram "construtivas" e se intensificaram nas últimas semanas.

"Iniciei esta investigação ao abrigo da Seção 301 a pedido do Presidente Trump para abordar preocupações antigas e generalizadas dos EUA relativamente a certas políticas e práticas comerciais do Brasil. Ao longo do último ano, o presidente Trump e eu tivemos várias reuniões construtivas com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o seu gabinete, que se intensificaram nas últimas semanas", afirmou Jamieson Greer.



## Inventores vencem disputa após empresa perder patente de equipamento industrial



TST analisou caso envolvendo inventores que buscavam indenização após a perda de patente de um equipamento industrial por empresa

Três empregados da Gerdau Açominas S.A. vão receber indenização após a empresa perder a oportunidade de obter o registro de patente de um equipamento industrial desenvolvido por eles. A decisão foi divulgada pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Segundo o TST, a perda da patente ocorreu porque a empresa não pagou taxas ao **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**. Com isso, os inventores ficaram sem a proteção formal do equipamento que haviam criado e que era utilizado pela companhia.

Quem são os inventores

O pedido publicado na Revista da **Propriedade Industrial** identifica como inventores Warley Patrick de Miranda Costa, Antonio Marciano Vieira Filho e Joaquim Ferreira Gomes. No mesmo registro, a titular indicada é a Gerdau Açominas S/A.

A disputa chegou à Justiça do Trabalho porque os empregados alegaram prejuízo com a perda da chance de proteger a invenção por meio de patente. Para eles, a falha no acompanhamento do processo no **INPI** impediu que o invento tivesse o reconhecimento e a proteção econômica esperados.

Qual era o equipamento criado

O invento era um vagonete com trolley para troca de ventaneiras, equipamento voltado à manutenção de altos-fornos. A solução auxiliava a movimentação e substituição de peças pesadas em ambiente de alta temperatura, atividade considerada complexa e arriscada dentro da operação industrial.

De acordo com a descrição técnica publicada pelo **INPI**, o equipamento foi pensado para reduzir o tempo da operação e aumentar a segurança dos trabalhadores envolvidos na troca de ventaneiras. A estrutura funcionava como um carro com mesa superior e trolley, permitindo o deslocamento das peças durante a manutenção.

Por que a Gerdau Açominas terá que indenizar

O ponto central do caso não foi apenas a criação do equipamento, mas a perda da oportunidade de registrar a patente. Conforme divulgado pelo TST, o invento desenvolvido pelos empregados acabou sem a proteção adequada porque as taxas do **INPI** não foram pagas pela empresa.

Com a perda do registro, os inventores buscaram reparação na Justiça. A Sétima Turma do TST reconheceu o direito à indenização pela perda da chance de obter a patente do equipamento industrial.

Relator destacou a perda de oportunidade

O caso foi relatado pelo ministro Cláudio Brandão. A discussão envolveu a responsabilidade da empresa pela condução do processo de patente e o impacto da perda do registro para os trabalhadores que participaram da criação do equipamento.

Na prática, a decisão reforça que uma invenção desenvolvida no ambiente de trabalho pode gerar direitos aos empregados inventores, especialmente quando há contribuição pessoal dos trabalhadores e uso econômico da solução pela empresa.

Entenda a importância da patente

A patente é o instrumento que protege uma invenção e pode garantir ao titular direitos sobre sua exploração. No Brasil, esse procedimento é feito perante o **INPI**, órgão responsável por analisar pedidos relacionados à **propriedade industrial**.

Quando uma empresa deixa de cumprir etapas essenciais do processo, como o pagamento de taxas, pode haver perda da proteção pretendida. Em casos envolvendo empregados inventores, essa falha pode gerar prejuízo direto a quem participou da criação.

Decisão serve de alerta para empresas

O caso envolvendo a Gerdau Açominas mostra que a gestão de patentes não é apenas uma formalidade administrativa. Para empresas que atuam com tecnologia, indústria, engenharia e inovação, perder prazos ou deixar de pagar taxas pode transformar um ativo estratégico em disputa judicial.

A decisão também chama atenção para a necessidade de políticas internas claras sobre invenções feitas por empregados, registro de patentes, autoria, remuneração e responsabilidades no acompanhamento de processos perante o **INPI**.

A notícia original pode ser consultada no portal do Tribunal Superior do Trabalho.



## PAINEL S.A.



Alex Sabino (interino)

Nefrostar Clínica Médica de Nefrologia, com oito unidades em SB, MG e DF pediu à 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro que o registro da expressão "star", de propriedade da Rede D'Or São Luiz S.A. seja anulado no **Inpi**. A empresa solicitou tutela antecipada para suspender a marca durante a tramitação da ação, o que foi negado. A Nefrostar afirma que palavras consideradas evocativas devem coexistir com outras semelhantes no mercado. Para ela, a concessão do monopólio sobre um termo de uso corrente inviabiliza a linguagem comercial do setor de saúde e cria desequilíbrio concorrencial.

**CONTEXTO** Em resposta à coluna, a Rede D'Or, dona dos hospitais Copa Star, no Rio, Onco Star e Vila Nova Star, em São Paulo, e DF Star, em Brasília, afirma ter "plena confiança na regularidade de seus direitos de **propriedade intelectual**" e classificou a ação da Nefrostar como tentativa de reverter, por via indireta, o resultado desfavorável em processo anterior. A referência é a uma decisão de fevereiro deste ano, quando o TRF-2 confirmou sentença que invalidou o registro da marca Nefrostar.

**NÃO É PARA TODOS** Análise do Grupo All Cross aponta que a maioria dos usuários de planos de saúde no país não vai se beneficiar do teto de reajuste aprovado pela ANS. O índice máximo de

5,11% foi anunciado como o menor aumento desde 2000. A exceção é 2021, quando houve redução por causa da pandemia. Segundo pesquisa, usando dados da própria ANS, o índice de usuários beneficiados será de 14,5%. São 7,7 milhões de pessoas atreladas a contratos individuais ou familiares. Os demais 85,5% (45,2 milhões de clientes) estão em acordos

coletivos, sem teto de reajuste.

### FEBRE DE COPA

O álbum de figurinhas da Copa do Mundo tem atraído novos clientes para as Americanas. Segundo a empresa, na reativação de clientes que não estavam comprando mais na loja, 34% voltaram por causa do produto. Nessas transações, o ticket é 7% mais alto do que a média e 56% aproveitam para adquirir outros artigos além das figurinhas.

**DISTORÇÃO** O All Cross afirma que o anúncio do teto cria uma percepção distorcida, já que os contratos empresariais ou por adesão não possuem limite de aumento. Para planos PME com até 29 beneficiários, o reajuste foi de 13,5% em média neste ano até agora.

**400%** Uma das principais varejistas do Sul, a rede Lojas MM planeja ciclo de crescimento para chegar a R\$ 3,5 bilhões de faturamento até 2032. A companhia opera também no Sudeste e no Centro-Oeste. Atingir a meta significa crescimento de 400% em uma década. O número registrado em 2022 foi R\$ 700 milhões.

### PLANO A rede opera 230 lojas

físicas no Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul, e atende cerca de 1 milhão de clientes por ano. O plano estratégico apresentado até 2028 prevê a abertura de outras unidades nos estados em que já atua e a modernização de cerca de 30 lojas por ano. Do lucro projetado, 20% serão destinados à construção de um novo centro de distribuição, à renovação de equipamentos e a aportes em tecnologia.

MENOR Entidade que representa 1.300 universidades particulares no país, o Semesp afirma que o investimento público por aluno nas instituições privadas é cerca de 400% inferior ao realizado nas federais e estaduais.

ECONOMIA Em dados apresentados pela presidente da entidade, Lúcia Teixeira, o custo de um estudante nas universidades públicas chega a R\$ 39,1

mil por ano. Nas particulares, são R\$ 9.700. A diferença representa economia potencial de R\$ 239,7 bilhões por ano ao poder público, segundo o Semesp.

## Câmara vai votar projeto que restringe poder das big techs



Motta assegura que Casa vai apreciar, neste mês, o marco legal da IA. Moraes diz que plataformas fazem lavagem cerebral

Lisboa - O XIV Fórum de Lisboa produziu um resultado importante no Congresso Nacional. Em meio às discussões sobre tecnologia e soberania, na Faculdade de Direito de Lisboa, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), comprometeu-se a levar a votação ainda em junho, antes do início da campanha eleitoral oficial, o marco legal da inteligência artificial, o Projeto de Lei 2.338/2023.

Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

De autoria do senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG), a proposta, aprovada pelo Senado em dezembro de 2024, busca garantir segurança jurídica e ética no uso da tecnologia. "Estamos discutindo o marco legal para que a tecnologia revolucionária da inteligência artificial prospere no Brasil como ferramenta para o progresso geral e com respeito às liberdades de nossos cidadãos, em linha com os ensinamentos da recente encíclica Magnífica Humánitas, do Papa Leão XIV", afirmou Hugo Motta. "Devemos votar este projeto de IA no plenário da Câmara dos Deputados no mês de junho", garantiu Motta, ao participar da abertura do Fórum.

O texto, aprovado em votação simbólica no Senado, prevê que as grandes empresas de tecnologia deverão informar quais conteúdos protegidos por

**direitos autorais** foram utilizados. Além disso, autores terão a prerrogativa de vetar o uso de suas obras por esses sistemas. Também estabelece a criação de um órgão regulador da IA.

O relator do projeto na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), também está em Lisboa acompanhando o Fórum. Ele participou, ontem, do painel Soberania tecnológica e fomento à inovação: cadeia de valor da IA e poder global.

Redes sociais e algoritmos: veja como eles afetam a saúde mental

"Rede social não é para criança", afirma presidente do Instituto Palavra Aberta

93% das crianças e adolescentes no Brasil têm acesso à **internet**, diz estudo

Hugo Motta havia anunciado em Brasília que o parecer do relator será apresentado em 9 de junho na comissão especial que trata do assunto. Agora, o presidente também se compromete a levar à votação no plenário ainda neste mês. Mas o relator deve propor alterações. Se forem aprovadas mudanças, o texto deverá retornar ao Senado.

Os dois parlamentares participam do evento que, neste ano, está focado no tema Nova ordem internacional, tecnologia e soberania: desafios democráticos, econômicos e sociais.

Motta e Aguinaldo Ribeiro ouviram no auditório da reitoria da Faculdade de Lisboa os debates sobre big techs e a concentração de poder político, econômico e de influenciar as mentes dos usuários de redes sociais, muitas vezes, manipulados por interesses que nem sabem que existe.

O ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal (STF), tratou as grandes empresas de tecnologia como detentoras de um poder de informações, político e econômico nunca visto. Ele considerou as grandes plataformas digitais como dotadas "de capacidade de vigilância, manipulação e controle sem precedentes na história humana".

O magistrado classificou os cidadãos manipulados pelos algoritmos como "servos digitais" e chamou

as big techs de "senhores da terra" - que hoje pretendem subjugar e ver curvados diante delas os próprios Estados.

O ministro Alexandre de Moraes, vice-presidente do STF, também sustentou a necessidade urgente de regulamentação das plataformas digitais e, no painel Democracia, populismo e polarização ideológica, defendeu a regulamentação internacional das big techs pelos países democráticos.

Em sua manifestação, Moraes ressaltou que as big techs não são neutras e fazem lavagem cerebral usando algoritmos e direcionamento contra determinadas pessoas. Essas empresas - ressaltou - têm acesso a todas as informações pessoais de quem as acessam.

Como em 1945, no pós-guerra, em que houve a necessidade de uma declaração de direitos pela ONU, o momento atual, segundo Moraes, exige uma resposta internacional.

Na avaliação do ministro, as redes sociais não são ruins, mas é preciso haver regras. "Nasce essa tecnologia em que se pretendia utopicamente a universalização da democracia", afirmou. Mas o poderio desses grupos econômicos tornou o meio uma forma de manipulação de opiniões.

Moraes ressaltou que não se pode confundir defesa da liberdade de expressão com discurso de ódio, incitação ou induzimento ao suicídio, à violência e à democracia. "As big techs pegam dados sem autorização. Sabem o que todo mundo come, os remédios que tomam, os comentários que fazem, os livros que leem. É o Ifood, o Mercado Livre O maior banco de dados da humanidade é das big techs",

frisou.

### Manipulação de mentes

Citando a primeira encíclica do Papa Leão XIV, Moraes disse que não se pode mais permitir que as big techs manipulem a mente das pessoas. "A partir dos algoritmos se faz a manipulação de dados para se realizar uma verdadeira lavagem cerebral nas chamadas bolhas", destacou. "Um poder como esse precisa ser controlado. Não há atividade econômica na história da humanidade com tanto impacto na sociedade que não tenha sido regulado."

O magistrado também defendeu a identificação de usuários nas redes sociais. O anonimato não é aceito pela Constituição brasileira. Dessa forma, não há razão para que cidadãos possam se esconder no ambiente digital, atrás de perfis falsos ou anônimos. "Liberdade com responsabilidade existe na vida real e deve ocorrer na vida virtual", defendeu.

O ministro Luis Felipe Salomão, presidente eleito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), manteve o tom. "Vivemos um momento em que as fronteiras entre **inovação tecnológica** e estrutura institucional se tornam cada vez mais tênues. A inteligência artificial, as plataformas digitais e os fluxos globais de dados redesenham relações de poder, redefinem mercados e colocam à prova os pilares do Estado de Direito", enfatizou Salomão.



## Análise: as ameaças da IA na visão do editor do NYT



Em ano de eleição, o uso da inteligência artificial impõe um desafio colossal para o Brasil. Mas não nos iludamos: o que está em jogo não é o futuro da mídia. É a democracia no século 21

O jornalista Arthur Gregg Sulzberger, de 45 anos, pertence à quinta geração da família a comandar o New York Times, ícone mundial da imprensa. Ele assumiu o legado do pai em 2018, após anos de experiência no exercício da reportagem. De lá para cá, A.G. Sulzberger aprofundou a transição de um dos veículos de maior credibilidade do planeta para o ambiente digital. Em 2026, o NYT chegou à marca de 13 milhões de assinantes, resultado de uma ampla oferta de serviços para os leitores, sem abrir mão da matéria-prima do veículo: jornalismo de excelência.

Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

Nessa segunda-feira, o editor do jornal norte-americano fez um diagnóstico sombrio sobre uma das graves ameaças - há outras - contra o jornalismo: a inteligência artificial generativa. Na França, durante a abertura do congresso anual da Associação Mundial de Editores de Notícias, entidade que representa mais de três mil empresas editoriais pelo mundo, Sulzberger descreveu o impacto da IA na produção de notícias. A título de introdução, ele mencionou alguns dos debates contemporâneos sobre o alcance da IA na economia, com possível redução na oferta de empregos, a possibilidade de romper barreiras na medicina, ou ampliar os riscos

de um ataque biológico em larga escala.

Mas é na produção e no consumo da informação de qualidade que o editor do NYT descreve um cenário devastador. Segundo ele, as big techs promovem um "sequestro da praça pública" ao drenar dados do ecossistema de informação sem remunerar os produtores originais de conteúdo e sem arcar com qualquer responsabilidade pelo reprocessamento das informações. "Esse dano potencial se estende muito além das notícias. Empresas de IA invadiram todo o acervo de obras originais da civilização, um ato que também representa um perigo para o futuro dos livros, da música, dos filmes, da pesquisa e de uma série de outras áreas", afirmou o herdeiro da família Sulzberger, segundo a tradução da Folha de S.Paulo.

Mais adiante, o editor comenta o atual estágio do ambiente digital e os efeitos sobre a sociedade. "A **internet** está saturada de robôs e conteúdos de baixa qualidade. Está se tornando cada vez mais difícil saber de onde as coisas vieram e se são verdadeiras. Isso levou a uma sensação de que nada é confiável, exigindo uma vigilância quase paranoica ou, pior, uma descida ao niilismo. O efeito não é apenas que as pessoas acreditam em coisas falsas; é que elas deixam de acreditar em coisas verdadeiras", alerta.

Em diversos trechos, Sulzberger afirma que o avanço da IA generativa, sem a devida compensação às empresas que investem no jornalismo profissional, não é apenas uma revolução no mercado de informação. Trata-se de uma ameaça ao jornalismo, um dos pilares da democracia em qualquer parte do mundo. "Quem mais irá aos locais onde os eventos se desenrolam? Trazer relatos em primeira mão das linhas de frente da guerra? Equipar-nos com informações confiáveis em uma crise de saúde pública? Expor a empresa ou a carreira política construída sobre uma mentira?", questiona o editor do NYT, que conta com aproximadamente 3 mil profissionais pelo mundo para a produção de conteúdo.

No Brasil, a regulamentação do uso da IA está em análise no Congresso Nacional. O Projeto de Lei

2.338/2023, de autoria do senador Rodrigo Pacheco, foi aprovado no Senado e aguarda parecer de

comissão especial na Câmara dos Deputados. A

proposta qualifica os sistemas de IA de acordo com o risco que podem representar para os chamados direitos fundamentais. O projeto de lei determina aos desenvolvedores de sistemas uma série de medidas de controle para evitar impactos severos em áreas críticas como saúde, educação, justiça criminal e infraestrutura. Em outro trecho, a proposta discorre sobre as obrigações das empresas de tecnologia para com o usuário, como regras de transparência.

A questão do **direito autoral**, como ocorre em outras partes do mundo, será objeto de debate. O texto legislativo permite a proprietários de conteúdos protegidos vetar o treinamento de IA, mas organizações ligadas à produção cultural, por exemplo, reivindicam mais garantias contra o uso não autorizado do trabalho intelectual. Enquanto a regulamentação da IA segue indefinida na Câmara, o arcabouço jurídico é suprido pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Os artigos constantes na lei asseguraram ao titular dos dados algumas providên-

cias em caso de desvirtuamento no tratamento das informações.

Em ano de eleição, o uso da inteligência artificial impõe um desafio colossal para o Brasil. É sabido que a legislação jamais acompanhará a velocidade das inovações que, a cada hora, impactam no ambiente digital. Em um cenário onde, como adverte A.G. Sulzberger, está cada vez mais difícil diferenciar a verdade da mentira e separar os fatos de narrativas, a escolha do voto exigirá ainda mais responsabilidade do eleitor consciente. Apesar dos movimentos antidemocráticos contemporâneos e do declínio da informação de qualidade provocado pela ascensão das big techs, a imprensa profissional e independente ainda é um valioso ativo para a sociedade. Mas não nos iludamos: o que está em jogo não é o futuro da mídia. É a democracia no século 21.

. Mestre em Ciência Política pela Universidade de Ottawa. Integrante da equipe de entrevistadores do CB.Poder. Ingressou no Correio em 1995, com passagens em Cultura, Cidades e Primeira Página.



## Clínica pede à Justiça Federal anulação do registro da marca 'Star' da Rede D'Or de hospitais



Pedido de liminar foi negado e é mais um capítulo na briga das duas empresas pelo uso da palavra de forma comercial

Empresa dona de hospitais afirma que rival busca reverter derrota anterior; Nefrostar diz que vocábulo é de uso comum e não pode ser registrado

Em mais um capítulo na disputa pelo registro da marca "star" no segmento de medicina, a Nefrostar Clínica Médica de Nefrologia pediu na 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro que dois registros de propriedade da Rede D'Or São Luiz S.A sejam anulados pelo **INPI (Instituto Nacional da Propriedade de Industrial)**.

A clínica, que tem oito unidades em São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal, solicitou tutela antecipada para suspender os registros durante a tramitação da ação. O juiz Eduardo André Brandão de Brito Fernandes negou a liminar.

Os registros contestados foram concedidos pelo **INPI** à Rede D'Or entre 2021 e 2022. Cobrem medicina diagnóstica, análises laboratoriais e serviços médicos de qualquer natureza. O argumento da Nefrostar é que o vocábulo "star" tem caráter genérico

e é de uso comum no sentido de excelência. Não poderia, afirma, ser registrado.

No pedido de tutela, o juiz entendeu que os atos administrativos do **INPI** têm a presunção da legalidade e que a existência dos registros não configura dano imediato. A Rede D'Or usa a expressão nos hospitais Copa Star, no Rio, Onco Star e Vila Nova Star, em São Paulo, e DF Star, em Brasília.

Em resposta à consulta feita pela coluna, a Rede D'Or afirma ter "plena confiança na regularidade de seus direitos de **propriedade intelectual**" e classificou a nova ação da Nefrostar como tentativa de reverter, por via indireta, o resultado desfavorável no processo anterior.

Em fevereiro de 2026, o TRF-2 (Tribunal Regional da 2ª Região) confirmou sentença de primeira instância que invalidou o registro da marca Nefrostar e determinou que não seja mais usada no prazo de 180 dias.

A Rede D'Or também move ações contra pelo menos outras duas empresas do setor de saúde pelo uso de expressões com o elemento "Star". Abriu processo contra a JP Spila Serviços de Oftalmologia pelo uso do termo "Oftalmostar", e contra a Hemera Serviços Médico e Holding, pela utilização das expressões "Starlab", "Labstar", "Star" e "Star Lab Serviços Médicos".

A Nefrostar afirma que marcas consideradas evocativas devem coexistir com outras semelhantes no mercado. A clínica argumenta que o próprio TRF-2 reconheceu o caráter genérico do vocábulo, o que reforçaria a tese de que o **INPI** errou ao conceder os registros à Rede D'Or.

Para ela, a concessão do monopólio sobre um termo de uso corrente inviabiliza a linguagem comercial do setor de saúde e cria desequilíbrio concorrencial.

## Governo Trump conclui investigação contra o Brasil e propõe novo tarifaço de 25%



Processo teve início no ano passado e decisão final sob novas sanções cabe ao presidente americano

Escritório de comércio quer colher sugestões do setor privado antes de concluir investigação

O governo Trump concluiu a investigação da seção 301 contra o Brasil e propôs novo tarifaço de 25% sobre bens importados do país. A investigação acontece por meio do USTR (Escritório do Representante de Comércio dos EUA), que fez a sugestão de um novo tarifaço como resposta ao que vê como práticas comerciais injustas do Brasil. A decisão sobre aplicação ou não cabe ao presidente dos EUA, Donald Trump .

Agora, o USTR vai abrir uma consulta para que o setor privado comente os resultados antes da elaboração do relatório definitivo, que precisa ser publicado até 15 de julho.

Mesmo que preliminar, a decisão negativa para o Brasil acontece na esteira da decisão dos EUA de designar CV e PCC como terroristas e reforça a pressão do governo republicano sob o governo Lula .

Por meio de comunicado, o USTR, que é comandado pelo embaixador Jamieson Greer , afirma que propôs medidas de resposta para consulta pública, enquanto os "Estados Unidos continuam a manter negociações intensas com o Brasil em busca de uma solução para as preocupações americanas".

"Lancei esta investigação sob a Seção 301 por determinação do presidente Trump para tratar de pre-

ocupações antigas e persistentes dos Estados Unidos em relação a determinadas políticas e práticas comerciais do Brasil. Ao longo do último ano, o presidente Trump e eu tivemos várias reuniões construtivas com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus ministros, que se intensificaram nas últimas semanas", afirma Greer.

Segundo o embaixador, os países continuam "tendo divergências substanciais sobre a resolução dos temas identificados nesta investigação. Espero continuar o diálogo com o governo brasileiro antes do prazo legal de 15 de julho de 2026 para a adoção de medidas de resposta."

A sugestão prevê 25% de tarifas sob os produtos brasileiros, mas exclui uma ampla lista de bens considerados estratégicos para a economia dos Estados Unidos ou cuja oferta doméstica é insuficiente. Entre eles estão diversos alimentos e produtos agropecuários, como carne bovina, castanha-do-pará, castanha de caju, coco, banana, manga, mamão, abacaxi, laranja, limão e outras frutas tropicais.

O anexo também preserva matérias-primas e produtos que poderiam causar problemas de abastecimento ou aumento de preços caso fossem taxados. O próprio USTR afirma que as isenções abrangem itens cuja tributação poderia provocar interrupções econômicas mais amplas, além de produtos que não podem ser produzidos nos EUA em quantidade suficiente ou obtidos facilmente de outros fornecedores.

Outro destaque é a exclusão da indústria aeronáutica. O documento poupa aeronaves civis, motores, peças, componentes e simuladores de voo, preservando um dos setores mais integrados entre Brasil e Estados Unidos. Também ficam fora da medida materiais informativos, doações, bagagens acompanhadas e produtos já sujeitos às tarifas impostas por outras legislações comerciais americanas.

Entre os resultados da investigação, o USTR acusa o Brasil de impor restrições a empresas americanas de tecnologia por meio de decisões judiciais que ordenam a remoção de conteúdos, a suspensão de

perfis e o sigilo dessas determinações. Também criticam multas e outras punições aplicadas às plataformas que não cumprem essas ordens. Além disso, alegam que políticas brasileiras favorecem empresas nacionais de pagamento eletrônico em detrimento de concorrentes americanas.

O governo americano afirma que o Brasil concede tarifas mais baixas para centenas de produtos vindos do México e da Índia por meio de acordos comerciais preferenciais, sem oferecer tratamento equivalente aos produtos dos Estados Unidos.

Segundo o USTR, o Brasil não faz esforços suficientes para investigar, punir e prevenir casos de suborno e corrupção, o que prejudicaria a concorrência justa e os interesses comerciais americanos.

Por fim, os EUA argumentam que o Brasil falha no combate à **falsificação** e à **pirataria**, demora excessivamente para analisar pedidos de **patente** - especialmente no setor farmacêutico - e não mantém ações consistentes para proteger direitos de **propriedade intelectual**.

Assim, o escritório diz que, para garantir que seus pedidos sejam considerados, os interessados devem apresentar solicitações para participar da audiência pública, junto com um resumo de seus depoimentos, até 22 de junho de 2026. Comentários por escrito devem ser enviados até 1º de julho de 2026. Uma nova audiência sobre as medidas propostas acontecerão em 6 de julho de 2026.

Greer foi a autoridade que, na reunião entre Lula e Trump no início de maio, mais se queixou da forma como o Brasil conduz seu comércio com os Estados Unidos.

Esta investigação foi instaurada em julho de 2025, como uma das medidas anunciadas por Trump em reação ao que o republicano classificou como uma "caça às bruxas" contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O governo americano incluiu no processo a análise de práticas em diferentes frentes: comércio digital e serviços de pagamento eletrônico; tarifas consideradas "injustas ou preferenciais"; leis anticorrupção; proteção da **propriedade intelectual**; acesso ao mercado de etanol; e desmatamento ilegal.

Os alvos vão desde queixas antigas de Washington, como as tarifas brasileiras sobre a importação de etanol, até o Pix. Empresas americanas de cartão de

crédito alegam que o Banco Central concede tratamento preferencial ao sistema de pagamento instantâneo, o que o governo Lula nega.

Após o encontro entre os presidentes, foi instaurado um grupo de trabalho com integrantes dos dois países para trabalharem juntos em meio à investigação. A expectativa era de que os países trabalhariam por 30 dias - o prazo se encerraria na próxima segunda (7), porém a decisão da Seção 301 veio antes.

No dia 19 de maio, Greer teve uma primeira reunião virtual com o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa e, pelos dois lados, foi vista como positiva. Apesar disso, os brasileiros saíram frustrados com a falta de clareza sobre o prazo de um mês que Lula e Trump teriam dado a seus auxiliares para resolver divergências comerciais.

Também sob a justificativa de perseguição política a Bolsonaro, o Brasil foi atingido no ano passado por um tarifaço de Trump que elevou a sobretaxa para até 50% sobre uma série de produtos.

Impactos inflacionários nos Estados Unidos e a gradual aproximação entre as gestões Lula e Trump - que culminou em dois encontros entre os presidentes no fim de 2025 - levaram à ampliação de exceções ao tarifaço.

Em fevereiro, a Suprema Corte americana considerou ilegal o uso da IEEPA (Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional) para justificar tarifas abrangentes contra parceiros comerciais dos Estados Unidos. Como reação à determinação judicial, o republicano impôs uma tarifa global de 10%, que expira no final de julho.

Além da apuração aberta em 2025, o Brasil entrou na mira de outra ação do USTR, iniciada neste ano, para analisar se produtos fabricados com trabalho forçado estão entrando no mercado americano.

Esse processo avalia práticas em cerca de 60 países e foi lançado poucas semanas após a decisão da Suprema Corte que derrubou o tarifaço. Segundo especialistas, o objetivo dos EUA é mirar o comércio de parceiros com a China.

O plano do governo Trump é que essa segunda investigação tenha tramitação acelerada e as conclusões do USTR sejam publicadas em prazo mais curto do que o tradicional.



## Escritório de Comércio dos EUA recomenda retaliação comercial a Brasil

Comunicado foi divulgado no site da agência americana responsável pelo comércio exterior do país

O Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR), do governo de Donald Trump nos EUA, divulgou um comunicado na noite de ontem, afirmando ter concluído que uma série de políticas e práticas adotadas pelo Brasil prejudicam o comércio americano e podem ser alvo de retaliação sob a Seção 301 da Lei de Comércio de 1974.

Mais cedo: Ministro da Fazenda diz que governo tem preocupação com eventuais novas tarifas dos EUA Quem é o indicado? Trump escolhe deputado da Flórida para posto de embaixador no Brasil

Trata-se de um instrumento usado por Washington para combater o que considera barreiras comerciais injustas contra seus produtos e que podem resultar na imposição de novas tarifas do governo americano sobre itens brasileiros importados pelos americanos.

O texto divulgado na segunda-feira, o USTR, dirigido pelo embaixador Jamieson Greer, apontou problemas em áreas como:

comércio digital e serviços de pagamentos eletrônicos, proteção à **propriedade intelectual**, combate à corrupção acesso ao mercado de etanol e até desmatamento ilegal.

O órgão também criticou decisões da Justiça brasileira que determinaram a remoção de conteúdos em redes sociais e a suspensão de perfis de usuários, além de alegar favorecimento a empresas nacionais no setor de pagamentos eletrônicos, sem citar diretamente o Pix.

O comunicado informou que o USTR propôs medidas de resposta para consulta pública, ao mesmo tempo em que equipes dos EUA e do Brasil mantêm um "diálogo intenso" em busca de uma solução para as preocupações americanas. A audiência para a consulta deve ocorrer no dia 6 de julho.

Apesar da conclusão de que as práticas brasileiras são "não razoáveis" e restringem o comércio dos

EUA, o governo americano ainda não anunciou quais medidas poderá adotar contra o Brasil.

O USTR informou que, segundo Greer persistem divergências relevantes entre os dois países sobre os temas investigados. Ainda assim ele reforçou que o diálogo entre Brasil e EUA até 15 de julho, quando esgota o prazo para que os EUA decidam eventual retaliação contra exportadores brasileiros.

No dia 7 de maio, o presidente Lula foi recebido por Donald Trump na Casa Branca. Ficou acertado que as equipes de ambos manteriam negociações em torno de barreiras comerciais impostas pelos EUA aos produtos brasileiros. Os diplomatas brasileiros argumentam que a relação comercial entre EUA e Brasil é superavitária para os americanos. Ou seja, eles exportam mais para os brasileiros que vice-versa.

"Lancei esta investigação sob a Seção 301 por orientação do presidente Trump para tratar de preocupações antigas e recorrentes dos Estados Unidos em relação a determinadas políticas e práticas comerciais do Brasil. Ao longo do último ano, o presidente Trump e eu tivemos diversas reuniões construtivas com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua equipe ministerial, e esses contatos se intensificaram nas últimas semanas", afirmou o embaixador Jamieson Greer no comunicado do USTR à imprensa.

E continuou: "No entanto, continuamos tendo divergências substanciais quanto à solução das questões identificadas nesta investigação. Espero dar continuidade ao diálogo com o governo brasileiro antes do prazo legal de 15 de julho de 2026 para a adoção de medidas de resposta."

## STF deve julgar recursos contra decisão que ampliou responsabilidade de big techs em 10/6

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, marcou para o dia 10 de junho o julgamento de nove recursos contra decisão que ampliou a responsabilidade de plataformas digitais por conteúdos ilícitos publicados pelos usuários. Fachin pautou para o mesmo dia o julgamento de ação da Associação Brasileira de Provedores de **Internet** e Telecomunicações (Abrint) que pede a validação do trecho do Marco Civil da **Internet** que condiciona o acesso a dados de registro de conexão a uma decisão judicial.

Em junho de 2025, o Tribunal decidiu que o artigo 19 do Marco Civil da **Internet** (MCI) é parcialmente inconstitucional. Esse artigo impede a responsabilização civil das plataformas por danos causados por conteúdos dos usuários, exceto quando a empresa descumpre uma ordem judicial de remoção.

Com a decisão, o artigo 19 continua valendo apenas para crimes contra a honra (injúria, calúnia e difamação). Nesses casos, a retirada do conteúdo depende de decisão judicial.

Continua após a publicidade

Para os demais ilícitos, passa a prevalecer a lógica do artigo 21: o conteúdo deve ser removido após notificação do usuário, sem necessidade de ordem judicial prévia. Esse artigo já funcionava como exceção ao artigo 19 em situações específicas, como violações de **direitos autorais** e divulgação de nudez sem autorização.

Entre as autoras dos recursos estão o Google e o Facebook. As duas empresas pedem que o Supremo esclareça a partir de quando a decisão começa a valer, já que o acórdão se limita a dizer que os efeitos se aplicam ao futuro. "Isso deixa em aberto questões fundamentais sobre sua aplicabilidade a situações pretéritas já discutidas em processos em curso", alega o Facebook.

O julgamento dos recursos foi liberado pelo relator, Dias Toffoli, no mesmo dia em que o governo editou decreto para alterar a regulamentação do Marco Civil da **Internet** (MCI), contemplando a decisão do Supremo. A sentença, porém, ainda não transitou em julgado - o que causou críticas das big techs aos decretos, como mostrou Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado. O trânsito em julgado acontece depois do esgotamento dos recursos.

# Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais .....	1,2,9,10,11,12,17
Marco regulatório   INPI .....	5,6,7,8,13
Patentes .....	3,4,14,15
Pirataria .....	3,4,14,15
Propriedade Industrial .....	5,6,13
Propriedade Intelectual .....	3,4,7,8,13,14,15,16